ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA PLENÁRIA DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS MACAÉ E DAS OSTRAS, realizada no dia 09 de abril de 2026 por videoconferência. Ao nono dia do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quinze minutos em primeira convocação, e às nove horas e trinta minutos em segunda convocação, deu-se início a Reunião Ordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras, com a seguinte relação de presença: *Setor Poder Público:* Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro – EMATER-Rio, representada pelo Sr. Affonso Henrique de Albuquerque Junior; Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, representada pelo Sr. Johnny Rodrigues Abrahão; Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS, representada pelo Sr. Leonardo Silva Fernandes; Prefeitura Municipal de Macaé, representada pela Sra. Evelyn Raposo da Silva e pelo Sr. Guilherme Sardenberg; INEA-SUPMA Instituto Estadual do Ambiente - Superintendência de Macaé, representado pelo Sr. Magno Grativol Peixoto. *Setor Sociedade Civil:* Instituto Bioacqua de Prom. de Des. Sust. e Defesa do Meio Ambiente – BIOACQUA, representado pela Sra. Leideane Freire da Silva; Centro de Estudos e Conservação da Natureza – CECNA, representado pelo Sr. Eduardo Bini da Silva; Movimento S.O.S. Praia do Pecado, representado pelo pela Sra. Thayná Fernandes Ribeiro Toledo; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - Campus Macaé, representada pela Sra. Maria Inês Paes Ferreira; Associação de Promotores e Criadores de Práticas e Saberes Sustentáveis – Casa dos Saberes, representada pelo Sr. Thiers Porfirio Wilberger; Instituto Visão Social, representado pela Sra. Maria Bernadete Ramos Vasconcellos; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, representada pelo Sr. José Ricardo Siqueira; Associação de Moradores e Produtores Rurais da Gleba Maria Amália, representada pela Sra. Marilúcia Aparecida Soares; Associação Raízes, representada pela Sra. Lauren Farias Moura. *Setor Usuários de Recursos Hídricos:* BRK Ambiental, representada pelo Sr. Otávio José Costa Martins; Usina Termelétrica Termomacaé, representada pela Sra. Adriana Sant'Ana Tenório Abreu; ABRAGEL - Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa, representada pela Sra. Maria Aparecida Borges P. Vargas; Terminal Portuário de Macaé – TEPOR, representado pelo Sr. José Eduardo Carramenha; Vale Azul Energia, representada pelo Sr. Mauro Sérgio Adiala Calixto; Águas de Novas Friburgo, representada pelo Sr. Bernard Enne de Paula Vecci; PETROBRAS - Base Cabiúnas, representada pela Sra. Joyce Silva Apicelo; Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A (Ambar); representada pela Sra. Bianca Gomes; Rio + Saneamento BL3 S.A., representada pela Sra. Bruna Topini Fonseca. Ausência justificada: Marlim Azul Energia S.A., representada pela Sra. Raphaela Moreira Ferreira. *Convidados:* Marianna Cavalcante (CILSJ); Thiago Cardoso (CILSJ); Daniele Pereira (CILSJ); Fernanda Hissa (CILSJ), Maurício Mussi (NUPEM), Letícia Santos (Associação Raízes), Marcos Paulo. A reunião foi presidida pela Diretora Presidente do CBH Macaé, Sra. Maria Inês Paes Ferreira sendo a pauta inicial composta pelos seguintes itens: 1) Aprovação das atas de reuniões Plenárias dos dias 28/11/2025, 12/12/2025 e 05/02/2026; 2) Aprovação da minuta de resolução para impressão de materiais de experiências exitosas; 3) Aprovação da minuta de resolução referente

ao Projeto ORDENATUR da Serra ao mar; 4) Referendo da entrada da instituição AMA Lumiar na Plenária; 5) Evento climático extremo na bacia do rio Sana; 6) Apresentação do projeto de jardins filtrantes na BH da Lagoa de Imboassica; 7) Workshop de Gerenciamento Costeiro; 8) Alteração do calendário do CBH Macaé Ostras; 9) Aprovações da Diretoria *ad referendum* à Plenária; 10) Instauração da Comissão de Ética; 11) Informes gerais. Realizadas as alterações solicitadas a pauta da reunião ficou assim composta: **1) Aprovação das atas de reuniões Plenárias dos dias 28/11/2025, 12/12/2025 e 05/02/2026; 2) Representação do CBH Macaé Ostras no COMMADS; 3) Aprovação da minuta de resolução para impressão de materiais de experiências exitosas; 4) Aprovação da minuta de resolução referente ao Projeto ORDENATUR da Serra ao mar; 5) Referendo da entrada da instituição AMA Lumiar na Plenária; 6) Referendo da coordenação adjunta do GT Cobrança; 7) Alteração do calendário do CBH Macaé Ostras; 8) Aprovações da Diretoria *ad referendum* à Plenária; 9) Evento climático extremo na bacia do rio Sana; 10) Apresentação do projeto de jardins filtrantes na BH da Lagoa de Imboassica; 11) Workshop de Gerenciamento Costeiro; 12) Instauração da Comissão de Ética; 13) Informes gerais.** Iniciada a reunião, no **ponto de pauta 1**, a Sra. Maria Inês Ferreira iniciou o ponto de pauta informando que estavam submetidas à apreciação da plenária as atas referentes às reuniões realizadas nos dias 28 de novembro de 2025, 12 de dezembro de 2025 e 05 de fevereiro de 2026, previamente encaminhadas aos membros juntamente com a convocação. Inicialmente, foi questionado à equipe técnica e administrativa se haviam sido recebidas contribuições, sugestões de alteração ou correções formais previamente à reunião. Ambas as equipes informaram que não houve qualquer manifestação ou envio de ajustes por parte dos membros. Diante disso, a Sra. Maria Inês Ferreira abriu espaço para manifestações, reforçando que eventuais ajustes poderiam ser feitos naquele momento antes da deliberação final. O Sr. João Carlos Flores e a Sra. Maria Bernadete Vasconcellos solicitaram a leitura da ata da reunião de 12 de dezembro de 2025, sob a justificativa de verificar com maior precisão os trechos que mencionam às contribuições realizadas pelo Sr. João Flores, especialmente sobre pagamento por serviços ambientais (PSA). Como alteração, solicitaram que tais intervenções fossem melhor explicitadas na ata, com a identificação nominal do autor das colocações. A Sra. Daniele Pereira realizou busca no documento projetado, identificando os trechos relacionados ao tema, e foi verificado que as manifestações constavam de forma institucional, sem menção nominal ao participante. A Sra. Maria Inês Ferreira conduziu então o processo conjunto da redação final, que registrou que o PSA foi reafirmado pelo Sr. João Flores, representante do Instituto Visão Social, como a ação prioritária para a "produção de água" na bacia, que questionou acerca dos resultados já obtidos ao qual foi respondido que os resultados ainda não estavam concluídos. Após o ajuste consensual do trecho, a Sra. Maria Inês Ferreira verificou se havia outras manifestações de alteração. Não havendo novas contribuições, reiterou que as atas, com o ajuste pontual acordado, seriam consideradas aprovadas. Prosseguiu-se para o **ponto de pauta 2**, a Sra. Maria Inês Ferreira contextualizou que se tratava de uma inclusão realizada no início da reunião, devido a necessidade de ajustes na representação institucional do Comitê anteriormente vigente no

COMMADS. Destacou que o tema demandava deliberação da plenária para garantir a regularidade do assento e da participação do CBH no referido conselho, por motivos de indisponibilidade dos representantes, mudança institucional e adequação administrativa. A Sra. Maria Inês Ferreira ressaltou a importância estratégica da participação do Comitê no COMMADS, destacando que se trata de um espaço relevante de articulação interinstitucional, especialmente entre a gestão de recursos hídricos e as políticas públicas municipais. Em seguida, apresentou à plenária uma proposta para a nova indicação de representação, que contemplava a Sra. Thayná Fernandes como titular, e a si própria, Sra. Maria Inês Ferreira, como suplente, mediante critérios de disponibilidade para participação, conhecimento técnico e envolvimento prévio com as pautas correlatas. Aberta a palavra aos membros, não houve manifestações contrárias à proposta apresentada, com um consenso tácito entre os presentes. A Sra. Maria Inês Ferreira apontou que, conforme prática adotada pelo Comitê, a ausência de manifestações contrárias seria interpretada como concordância da plenária, sendo registrada a aprovação consensual da nova representação do CBH Macaé Ostras no COMMADS. Prosseguindo para o **ponto de pauta 3**, a Sra. Maria Inês Ferreira informou que se tratava da apreciação e deliberação acerca da minuta de resolução que prevê a impressão de materiais voltados à divulgação de experiências exitosas desenvolvidas no âmbito do Comitê. Na sequência, foi aberta a palavra para manifestações dos membros quanto ao conteúdo da minuta. O Sr. Leonardo Fernandes questionou se a Resolução CBH Macaé nº125/2020 em alteração na minuta em análise não deveria constar nos considerandos. A Sra. Maria Inês Ferreira concordou plenamente e solicitou a inserção da referida resolução na seção dos considerandos, apoiada por todos os presentes. Não foram apresentadas objeções quanto ao texto apresentado. Encaminhando para deliberação, a Sra. Maria Inês Ferreira questionou se havia manifestações contrárias à aprovação da minuta. Não havendo posicionamentos em sentido contrário, foi considerada a aprovação consensual da minuta de resolução. Prosseguindo para o **ponto de pauta 4**, a Sra. Maria Inês Ferreira esclareceu que se tratava da apreciação da minuta de resolução vinculada ao Projeto Ordenatur da Serra ao Mar, destacando que o tema envolve deliberação da plenária. Na contextualização, foi esclarecido que o Projeto Ordenatur possui como objetivo central ordenar e qualificar o uso do território em áreas estratégicas da bacia, especialmente aquelas relacionadas ao turismo e à ocupação em áreas sensíveis. Ressaltou-se que a iniciativa dialoga diretamente com os desafios enfrentados na região de transição entre a serra e o litoral, onde há pressão crescente sobre os recursos hídricos e os ecossistemas. A Sra. Maria Inês Ferreira destacou que a minuta de resolução foi previamente encaminhada aos membros para análise e apontou para a necessidade de alinhar o projeto à nova realidade jurídica do território, destacando que, como todo o rio Macaé foi designado por lei como área de especial interesse turístico, a junção dos projetos em um nome mais amplo ("da Serra ao Mar") potencializaria a gestão integrada. Aberta a palavra para manifestações, os membros reconheceram a relevância do projeto, sobretudo no contexto da necessidade de integração entre políticas públicas e ações territoriais. Durante o debate, também foram pontuadas preocupações quanto à necessidade de garantir que o projeto seja implementado

com base em critérios técnicos, envolvendo diagnósticos adequados, participação social e articulação com os municípios e demais instituições atuantes no território, com as pontuações da Sra. Maria Bernadete Vasconcellos e Sra. Thayná Fernandes. Em relação ao texto, foi solicitado o ajuste do termo "decarga" para "de carga" no caput da resolução e na tabela. Em seguida, o Sr. Leonardo Fernandes sugeriu a alteração de "Projeto" para "Programa", sob a justificativa que a estrutura de programa permitiria realizar contratações específicas por temas ou regiões, de forma fracionada e gradual, aproveitando experiências aprendidas em cada etapa. A Sra Maria Inês Ferreira e o Sr. Thièrs Wilberger consideraram a alteração muito pertinente e a Sra Marianna Cavalcante confirmou a possibilidade de trabalhar na estruturação de um programa de ordenamento do turismo para a RH-VIII, avançando na execução por etapas, conforme a plenária entendesse adequado. Não foram apresentadas objeções quanto à minuta de resolução. Encaminhando para deliberação, a Presidente questionou se havia manifestações contrárias à aprovação da minuta. Diante da ausência de posicionamentos divergentes, foi registrada a aprovação consensual da minuta de resolução referente ao Programa Ordenatur da Serra ao Mar, com o registro para a secretaria executiva alterar o termo "Projeto" para "Programa" em todo o texto da resolução antes da assinatura e publicação. Prosseguindo para o **ponto de pauta 5**, a Sra. Maria Inês Ferreira deu início ao ponto de referendo da plenária para a entrada da instituição Associação de Moradores e Amigos de Lumiar (AMA Lumiar) como membro da Plenária do CBH Macaé Ostras no segmento sociedade civil. Foi esclarecido que a solicitação de ingresso da instituição já havia sido previamente analisada pela equipe administrativa da entidade delegatária, a qual procedeu à verificação da documentação apresentada, conforme os critérios estabelecidos nas normativas do Comitê. Foi destacado que a instituição cumpriu os requisitos regimentais exigidos, incluindo regularidade documental, comprovação de atuação na área e aderência ao segmento pleiteado. Ressaltou ainda que a AMA Lumiar já havia histórico de atuação no território, estando em processo de retomada de suas atividades junto ao Comitê. Durante a apresentação, também foi mencionado que a representante da instituição se encontrava presente na reunião, tendo sido previamente apresentada aos demais membros no momento inicial da plenária. Aberta a palavra para manifestações, não foram registradas objeções quanto ao ingresso da instituição. A Sra. Maria Inês Ferreira apontou que, diante da ausência de manifestações contrárias, o referendo favorável da plenária à entrada da AMA Lumiar como membro do CBH Macaé Ostras poderia ser considerado por consenso. Como encaminhamento, ficou estabelecido que a Secretaria Executiva adotará as providências necessárias para formalização da inclusão, incluindo atualização dos registros institucionais, site oficial e demais instrumentos administrativos pertinentes. Ao fim do ponto, a Sra. Leideane propôs que fosse oferecida uma capacitação para os novos membros, visando nivelar o conhecimento sobre o funcionamento do Comitê, com o envio de material de treinamento para cada nova eleição ou troca de representante. A Sra. Maria Inês Ferreira informou que essa capacitação já havia sido realizada no início da atual gestão, consistindo em uma oficina que abordou temas como legislação, gestão de recursos hídricos, Regimento Interno e funcionamento do Comitê. Esse

conteúdo está integralmente gravado e disponível no YouTube do Comitê. Com os debates, os membros deliberaram que deveria ser adotado um procedimento administrativo sempre que houver entrada de novos representantes ou novas instituições, a secretaria executiva deverá enviar por e-mail, o link da oficina de capacitação gravada. A Sra. Maria Bernadete Vasconcellos manifestou preocupação de que a capacitação pudesse ser considerada uma imposição ofensiva, que foi esclarecida pela Sra. Maria Inês Ferreira, informando que não haverá obrigatoriedade, o link será enviado apenas como um facilitador para quem desejar se apropriar das normas da instituição. Prosseguindo para o **ponto de pauta 6**, a Sra. Maria Inês Ferreira apresentou a indicação da coordenação adjunta do Grupo de Trabalho (GT) Cobrança para o Sr. Thièrs Porfirio Wilberger, conforme previamente acordado no âmbito do GT para referendo da Plenária. Destacou que a indicação do coordenador adjunto foi realizada internamente no GT, considerando que o nome indicado já vinha contribuindo com os debates e demonstrando envolvimento com as pautas debatidas no grupo. Foi enfatizado que, conforme as práticas do Comitê, as decisões internas dos grupos de trabalho que envolvem designações formais devem ser submetidas ao referendo da plenária. Aberta a palavra para manifestações, não houve questionamentos quanto à indicação apresentada para a função de coordenação adjunta, indicando concordância dos membros com a escolha realizada pelo GT. Desta forma, foi considerado aprovado o referendo da plenária à coordenação adjunta do GT Cobrança, passando o Sr. Thièrs Porfirio Wilberger a atuar como Coordenador Adjunto. Prosseguindo para o **ponto de pauta 7**, a Sra. Maria Inês Ferreira solicitou a proposta de alteração do calendário de reuniões e atividades do CBH Macaé Ostras. Na contextualização inicial, a Sra. Daniele Pereira esclareceu a necessidade de altera mimr a data de realização do evento Workshop de Gerenciamento Costeiro para os dias 20 a 22 de maio de 2026 e a reunião ordinária das Câmaras Técnicas para o dia 28 de maio de 2026. Foi destacado que o calendário previamente aprovado necessitava de ajustes em função de situações supervenientes, tais como conflitos de agenda, reprogramações institucionais e adequação às demandas operacionais do Comitê e de seus membros. A Sra. Maria Inês Ferreira esclareceu que a proposta de alteração contemplava a reorganização de datas, buscando maior compatibilidade com a disponibilidade dos membros e evitando sobreposição com outros eventos relevantes relacionados à área de recursos hídricos e meio ambiente. Durante a apresentação, a Sra. Daniele Pereira reforçou que a proposta de novas datas considerou o tempo adequado para cumprimento dos prazos regimentais para as convocações das reuniões seguintes. Aberta a palavra para manifestações, os membros não apresentaram objeções à proposta de alteração. Diante disso, foi registrada a aprovação consensual da alteração do calendário do CBH Macaé Ostras, passando a vigorar o novo cronograma conforme apresentado durante a reunião. Como encaminhamento, ficou definido que a Secretaria Executiva deverá atualizar e divulgar o calendário revisado, compartilhando com os membros do Comitê e atualizando o site oficial do CBH Macaé Ostras. Prosseguindo para o **ponto de pauta 8**, a Sra. Maria Inês Ferreira apresentou as deliberações realizadas pela Diretoria do Comitê em caráter *ad referendum* para referendo pela plenária. Na contextualização, foi esclarecido que tais aprovações ocorreram em situações que

demandaram celeridade na tomada de decisão, impossibilitando aguardar a realização de reunião plenária para apreciação prévia. Ressaltou-se que, nesses casos, a Diretoria exerce a prerrogativa de deliberar provisoriamente, submetendo posteriormente os atos ao crivo da plenária, conforme previsto nas normativas do Comitê. Na sequência, foram apresentados os seguintes itens para conhecimento e referendo dos membros: 1) Envio de ofícios à Vigilância Sanitária (Estadual e Municipal) com cópia às prefeituras locais sobre pescado na lagoa Imboassica: Solicitação da CTLAZOC para informar sobre estudos realizados pelo NUPEM (2014) e pelo próprio Comitê (2019) a respeito da contaminação por metais pesados no pescado da lagoa Imboassica, solicitando a verificação pelos órgãos sobre as condições atuais; 2) Envio de ofício ao Inea solicitando dados atualizados de vazão e volume outorgado de água da PCH Macabu: Solicitação do Grupo de Trabalho Transposição após participação do Inea em reunião, necessitando desses dados para a revisão do Plano de Recursos Hídricos; 3) Apoio Financeiro ao ECOB: Aprovação de um aporte de R$ 13.000,00 para viabilizar a transmissão online e em tempo real do Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas (ECOB), mediante solicitação de apoio do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas (FFCBH) para realização do evento. Esclarecidos os pontos, a Sra. Maria Inês Paes Ferreira abriu o espaço para manifestações dos membros para dúvidas ou esclarecimentos acerca dos atos praticados. A Sra. Maria Bernadete Vasconcellos questionou o valor da transmissão em geral para todos os comitês. A Sra. Maria Inês Ferreira esclareceu que o valor total da transmissão de R$ 26.000,00 foi dividido entre os comitês atendidos pelo CILSJ (CBH Lagos São João e CBH Macaé Ostras). O Sr. Affonso ressaltou que os recursos para eventos como o ECOB são divididos proporcionalmente entre os nove comitês do estado do Rio de Janeiro, de acordo com a arrecadação de cada um. Ele também esclareceu que a contribuição do Comitê dar-se-á por meio da contratação direta de um serviço ou aquisição, e não por repasse financeiro. A Sra. Thayná questionou o canal que seria a transmissão e o Sr. Thièrs sugeriu que o Comitê comunicasse em seus canais sobre a transmissão para que a comunidade pudesse acompanhar. A Sra. Maria Inês Ferreira informou que não tinha essa informação ainda, mas acreditava que seria pelo canal do Youtube do Comitê do rio Guandu, que coordena atualmente o FFCBH. Sem mais manifestações sobre o tema, e, diante da ausência de objeções, a Sra. Maria Inês Ferreira considerou referendado pela plenária às deliberações realizadas pela Diretoria em caráter *ad referendum*. Como encaminhamento, ficou estabelecido que a Secretaria Executiva deverá elaborar e enviar os ofícios solicitados. Prosseguindo para o **ponto de pauta 9**, a Sra. Maria Inês Ferreira passou a palavra ao Sr. Thièrs Wilberger para explanar sobre o ponto relacionado à ocorrência de evento climático extremo na bacia do rio Sana, destacando a relevância do tema diante dos impactos observados na região e da necessidade de reflexão no âmbito do Comitê. O Sr. Thièrs Wilberger relatou que o evento foi caracterizado por chuvas intensas em um curto tempo, resultando em elevação abrupta do nível dos cursos d'água, com registros de enxurradas e transbordamentos. Ressaltou-se que a região do Sana apresenta elevada vulnerabilidade a esse tipo de evento, em função de suas características geográficas, como relevo acentuado, presença de áreas de encosta e dinâmica de ocupação

territorial. Foram destacados, de forma geral, os principais efeitos decorrentes do evento, incluindo processos erosivos, carreamento de sedimentos, possíveis danos à infraestrutura local e impactos diretos sobre a população residente. Contextualizou o evento dentro de um cenário mais amplo de intensificação de eventos climáticos extremos, associado às mudanças climáticas. Ressaltou que situações como a ocorrida no Sana tendem a se tornar cada vez mais frequentes e intensas, solicitando do Comitê uma postura mais proativa no debate de estratégias de adaptação. O Sr. Thièrs Wilberger destacou, ainda, que tais eventos evidenciam fragilidades existentes no território, especialmente no que se refere à ocupação de áreas sensíveis e à ausência, em alguns casos, de medidas adequadas de ordenamento territorial e proteção ambiental. Ressaltou a importância de que o Comitê avance na integração entre gestão de recursos hídricos e planejamento territorial, buscando reduzir a exposição a riscos. Além disso, apontou a necessidade de fortalecimento de ações voltadas à prevenção e mitigação, como a recuperação de áreas degradadas, proteção de nascentes, conservação de solo e ampliação de cobertura vegetal, medidas que contribuem diretamente para a redução do escoamento superficial e dos impactos de eventos extremos, sugerindo direcionar o assunto ao Ministério Público. De forma geral, os membros reconheceram a pertinência das colocações apresentadas, consolidando o entendimento de que o evento deve ser considerado não apenas como um episódio isolado, mas como um indicativo de um cenário que demanda planejamento de longo prazo e integração de políticas públicas. O Sr. Leonardo sugeriu como primeiro passo, oficiar a prefeitura responsável para obter um plano formal de intervenção com prazo de retorno, aceito pelos presentes. Como encaminhamento, o Comitê deverá: a) acompanhar os desdobramentos do evento na região do Sana; b) solicitar informações detalhadas e oficiais à Prefeitura de Macaé, por meio de ofício, sobre a situação da Sub-bacia do Sana após eventos extremos, solicitando o mapeamento das áreas atingidas e o plano de contigência para recuperação em 15 dias; c) incorporar a temática de eventos extremos e adaptação climática nos debates e planejamentos futuros. Prosseguindo para o **ponto de pauta 10**, a Sra. Maria Inês Ferreira passou a palavra para o Prof.º Maurício Mussi para dar início à apresentação do projeto de implantação de jardins filtrantes na bacia hidrográfica da lagoa Imboassica, destacando a relevância do tema no contexto das ações voltadas à melhoria da qualidade da água na região. Iniciando sua exposição, o Prof.º Maurício Mussi realizou uma contextualização detalhada sobre a situação ambiental da lagoa, ressaltando que o corpo hídrico vem sofrendo pressões constantes decorrentes da expansão urbana desordenada, lançamento de águas pluviais contaminadas e contribuição difusa de poluentes, fatores que impactam diretamente parâmetros de qualidade da água e a ocorrência de processos de eutrofização. Nesse contexto, destacou que o projeto de jardins filtrantes surge como uma alternativa complementar às soluções convencionais de saneamento, especialmente voltada ao tratamento de cargas difusas, que muitas vezes não são plenamente captadas por sistemas tradicionais. Ao detalhar o funcionamento dos jardins filtrantes, explicou que se tratam de estruturas projetadas para interceptar, reter e tratar o escoamento superficial, sendo compostas por diferentes camadas técnicas. Descreveu minuciosamente a composição dessas unidades, incluindo: a) camada de

drenagem inferior, responsável pelo escoamento controlado da água tratada; b) camadas intermediárias de materiais filtrantes, como brita e areia, que atuam na retenção física de partículas e sedimentos; c) camada superior com substrato e vegetação, onde ocorrem processos biológicos, incluindo absorção de nutrientes pelas plantas e atividade microbiológica associada à rizosfera. O Sr. Maurício Mussi enfatizou que a eficiência do sistema está diretamente relacionada à integração desses processos físicos, químicos e biológicos, resultando na redução de poluentes como sólidos suspensos, matéria orgânica e nutrientes, que são responsáveis por impactos significativos na qualidade da água da lagoa. Na sequência, apresentou os critérios técnicos adotados para definição das áreas de implantação da técnica, destacando que foram priorizados pontos com: a) elevada contribuição de escoamento superficial; b) proximidade com canais ou áreas de drenagem que deságuam na lagoa; c) potencial de interceptação de cargas poluidoras antes de seu lançamento direto no corpo hídrico; d) viabilidade física e institucional para implantação das estruturas. Também foi detalhado que o projeto possui caráter piloto e demonstrativo, com o objetivo de validar a aplicação da tecnologia na realidade local, gerar dados de desempenho e subsidiar futuras expansões. No que se refere à execução, o Sr. Maurício Mussi descreveu as etapas previstas, incluindo: a) levantamento e diagnóstico das áreas selecionadas; b) elaboração dos projetos executivos das unidades filtrantes; c) implantação das estruturas; d) monitoramento sistemático da qualidade da água antes e após a intervenção, com definição de indicadores de desempenho; e) avaliação dos resultados obtidos, visando aferir a efetividade da solução. Durante a apresentação, foi dada ênfase à necessidade de manutenção periódica dos jardins filtrantes, sendo explicitado que, embora se trate de tecnologia de baixa complexidade operacional, sua eficiência depende de ações como limpeza de sedimentos acumulados, manejo e reposição da vegetação e eventual substituição de materiais filtrantes ao longo do tempo. Aberta a palavra para manifestações, os membros trouxeram questionamentos e considerações técnicas. Houve interesse em compreender a frequência necessária de manutenção, pelo Sr. Bernard Vecci; a durabilidade das estruturas e os custos associados à implantação e operação, pelo Sr Thièrs Wilberger. Em resposta, o Sr. Maurício Mussi esclareceu que os custos tendem a ser inferiores aos de soluções convencionais, especialmente no longo prazo, destacando o benefício adicional da integração paisagística e ambiental das estruturas. Também foi debatido o potencial de replicação da tecnologia em outras áreas da bacia, com a Sra. Thayná Fernandes e Maria Inês Paes Ferreira ressaltando a expansão do projeto para o Canal Campos-Macaé. O Sr. Maurício Mussi ressaltou que os resultados do projeto piloto serão fundamentais para orientar futuras decisões, inclusive no que se refere à adaptação do modelo às diferentes realidades locais. Outro ponto levantado pelos membros foi a importância de articulação com o poder público municipal e com outras políticas setoriais, especialmente nas áreas de saneamento, drenagem urbana e ordenamento territorial, de modo a garantir que a implantação dos jardins filtrantes esteja integrada a uma estratégia mais ampla de gestão ambiental. A Sra. Maria Inês Ferreira destacou a relevância da iniciativa, ressaltando que soluções baseadas na natureza, como os jardins filtrantes, representam uma abordagem inovadora e alinhada às diretrizes contemporâneas de

gestão de recursos hídricos, especialmente no enfrentamento de problemas relacionados à poluição difusa. Como encaminhamento, ficou evidenciada a importância de o Comitê acompanhar a implementação do projeto e seus resultados, de modo a subsidiar futuras deliberações e possíveis ampliações da iniciativa na bacia. Finalizado o ponto registrou-se o apoio unânime do Comitê à implantação do projeto. Prosseguindo para o **ponto de pauta 11**, a Sra. Maria Inês Ferreira passou a palavra ao Sr. Jolnnye Abrahão para apresentar sobre as atualizações da organização do Workshop de Gerenciamento Costeiro. O Sr. Jolnnye Abrahão ressaltou que o workshop está sendo concebido como um espaço técnico de capacitação, articulação institucional e troca de experiências, com o objetivo de promover o alinhamento entre diferentes atores envolvidos na gestão do território costeiro, evidenciando a necessidade de planejamento conjunto e ações coordenadas. O Sr. Jolnnye Abrahão apresentou a estrutura preliminar do workshop, indicando que a programação deverá contemplar: a) painéis temáticos e palestras técnicas, abordando aspectos como gestão integrada, mudanças climáticas, qualidade da água e ordenamento territorial; b) apresentação de experiências exitosas, permitindo o compartilhamento de boas práticas aplicadas em diferentes contextos; c) momentos de debate e interação entre os participantes, com vistas à construção coletiva de encaminhamentos. Foi destacado que o evento está diretamente relacionado às iniciativas do Comitê voltadas à gestão integrada dos recursos hídricos e à interface com a zona costeira, estando alinhado, inclusive, com debates já em andamento no âmbito de grupos de trabalho e câmaras técnicas. Informou que os objetivos específicos seriam: a) fortalecer a articulação entre instituições que atuam na zona costeira; b) promover a disseminação de conhecimento técnico e científico; c) subsidiar a tomada de decisão no âmbito do Comitê; d) estimular a adoção de práticas sustentáveis no uso e ocupação do território. Durante o debate, os membros manifestaram interesse na realização do workshop, destacando a relevância do tema, especialmente diante dos desafios enfrentados na região costeira da área de atuação do Comitê. Foram levantadas considerações quanto à importância de garantir a participação dos municípios e de atores estratégicos, e de se definir claramente o público de interesse e os objetivos, de modo a assegurar efetividade ao evento. Também foram debatidos os aspectos relacionados à organização logística e planejamento do evento, incluindo definição de data, local, formato (presencial, híbrido ou remoto) e possíveis parcerias institucionais para apoio à realização. O Sr. Jolnnye Abrahão destacou que o workshop ainda se encontra em fase de estruturação, sendo fundamental a contribuição dos membros do Comitê para aprimoramento da proposta, para a indicação de temas, palestrantes e instituições a serem convidadas. A Sra. Maria Inês Ferreira reforçou a importância da iniciativa, ressaltando que o workshop representa uma oportunidade estratégica para aprofundar o debate sobre a integração entre gestão de bacias hidrográficas e zona costeira, tema de grande relevância para o Comitê. Como encaminhamento, foi informada a continuidade à organização do evento, com apoio da Diretoria Colegiada CTEACOM e CTLAZOC, bem como de consolidar a programação e os aspectos operacionais para viabilização de sua realização. A Sra. Maria Inês Paes Ferreira prosseguiu para o **ponto de pauta 12**, instauração da Comissão de Ética. Antes de passar a

palavra para o solicitante, a mesma esclareceu algumas questões regimentais. Informou que não seria instaurada a Comissão de Ética naquela reunião, de acordo com o Artigo 50 do Regimento Interno que prevê que a Comissão de Ética seja instaurada numa plenária extraordinária e que precisa escolher os participantes para compor a comissão. Desta forma, o ponto seria para que os membros tomem ciência que há uma questão que requererá uma plenária extraordinária. Também esclareceu que qualquer instituição membro do comitê tem o direito de encaminhar a solicitação de instauração da Comissão de Ética e que o tema foi encaminhado à Diretoria Colegiada e, em seguida, como informe à Plenária. Ela concluiu informando, a quem desejasse maiores esclarecimentos sobre o funcionamento da Comissão, que o Regimento Interno do CBH poderia ser consultado, dando ênfase aos Artigos 14 e 15, e passou a palavra ao Sr. Thièrs Wilberger. O Sr. Thièrs Wilberger disse que gostaria de fazer uma manifestação breve, mas que era muito importante para a integridade do Comitê. Esclareceu que o que estava sendo trazido não seria uma questão pessoal nem um conflito pontual entre membros, mas sim o padrão de conduta que seria admitido no colegiado. Contextualizou uma situação ocorrida na reunião da CTEACOM, na qual um membro do Comitê teria se dirigido à Diretora Presidente de forma ofensiva, imputando-lhe a prática de inveracidade em público. Considerou o ato como grave e que o órgão colegiado é previsto em lei com função deliberativa, que exigiria dos membros um compromisso mínimo com respeito, humanidade e responsabilidade nas falas. Ele citou o Regimento Interno, que veda expressamente condutas ofensivas, manifestações indecorosas e atitudes incompatíveis com o decoro institucional, esclarecendo que o objetivo não seria julgar previamente alguém, mas aplicar a ferramenta institucional, a partir do acionamento da Comissão de Ética. O mesmo alertou que relativizar esse tipo de situação estabeleceria um precedente perigoso onde a desqualificação pessoal substituiria a discussão técnica. Esclareceu que o pedido não seria sobre a Diretora Presidente, e sim sobre qualquer membro, que se não fosse apurado, futuramente poderia ocorrer com outras pessoas, justificando que o encaminhamento que estava sendo feito era responsável, equilibrado e respeitava o devido processo que consistiria na apuração, pela Comissão de Ética, o direito ao contraditório e a decisão final pela Plenária. Concluiu a exposição trazendo que encaminhar à Comissão de Ética, não é punir, é garantir que o comitê funcione como deve funcionar, e solicitou aos colegas para que fosse preservado aquilo que sustentava aquele espaço, que seriam o respeito, a seriedade e a legitimidade das decisões tomadas pelo CBH. O Sr. José Eduardo Carramenha pediu a palavra e relatou sua própria trajetória de hostilidades superadas no Comitê e realizou um apelo ao bom senso e à tolerância. Considerou a comissão uma medida extrema e desproporcional para um fato isolado, e chamou atenção para as graves consequências profissionais que um processo ético poderia acarretar para membros que respondem pelas instituições, sugerindo que o conflito fosse resolvido por meio de conversa. A Sra. Kátia Albuquerque manifestou-se a favor da comissão, afirmando que condutas ofensivas precisam ser disciplinadas para não se tornarem usuais, citando casos graves do passado. O Sr. Affonso Henrique Albuquerque questionou se houve algum pedido de retratação pela parte envolvida. A Sra. Maria Inês Ferreira respondeu que não, pois a Comissão ainda não havia sido

instaurada, em seguida esclareceu que o direito de solicitar a instauração da comissão era previsto regimentalmente e que a plenária não deliberaria sobre o ato de instaurar naquele momento, apenas, se assim desejasse, sobre a data e, futuramente, em reunião extraordinária, sobre a composição. O Sr. Mauro Sérgio Calixto ponderou a medida desproporcional para um fato isolado. Solicitou acesso às gravações e mensagens relacionadas para que todos pudessem avaliar o contexto antes de tomar uma posição, sugerindo uma conversa séria em vez de uma instância punitiva e defendendo que o debate deveria focar em conduta generalizada e não em um caso específico. A Sra. Thayná Fernandes partilhou o descontentamento com a falta de representação dos usuários da água na CTEACOM, e afirmou também ter se sentido ofendida, como coordenadora da CTEACOM, pelas intervenções nas ações da instância, se referindo ao boletim informativo do CBH. Propôs a realização de uma conversa presencial mediada pelo CILSJ para rever a dinâmica do CBH. O Sr. Leonardo Fernandes expressou surpresa com a situação e reforçou a fala do Sr. José Carramenha sobre possíveis consequências para os envolvidos em suas instituições. Revelou uma preocupação com a perda da unidade que o Comitê veio construindo há 20 anos, destacando uma animosidade e uma forma de falar que não está sendo construtiva. Ele sugeriu uma reflexão geral sobre o posicionamento e o papel dos membros dentro do Comitê, considerando ser um espaço para preencher lacunas que os setores sozinhos não alcançam, e não um espaço para guerrear ou prevalecer a opinião. Por fim, apoiou a sugestão da Sra. Thayná Fernandes para uma conversa mediada por membros mais experientes ou o próprio Consórcio antes de se recorrer a uma punição, e se não se chegar a um denominador comum. Encerrou a fala trazendo a sugestão aos membros de que, antes de irem para essa conversa, seria importante realizarem o exercício reflexivo sobre quem são e por que estavam ocupando aquele espaço. A Sra. Aparecida Vargas pontuou que fosse evitada a pessoalização do debate e citou que divergências de ideias são naturais, enfatizando que estavam ocorrendo extrapolações de várias partes e, desta forma, a situação poderia caminhar para uma desvirtuação da função principal do colegiado. Corroborou a posição da Sra. Thayná Fernandes em relação a ausência de representação dos demais segmentos na CTEACOM, justificando em razão da sequência de reuniões que a instância demanda. Ainda mencionou que o Comitê precisava buscar um melhor relacionamento entre todos, entendendo que as divergências fazem parte da gestão participativa. Trouxe que a necessidade de instaurar tal comissão é um sinal de que as relações internas não vão bem e de que é preciso rever a dinâmica institucional do Comitê. Citando um exemplo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, como caso onde o diálogo levou à retirada de uma representação ética em benefício do sistema após pedidos de desculpas, elevando o nível dos debates subsequentes. Por fim, Aparecida enfatizou que o embate de ideias é necessário e bem-vindo, mas alertou que o problema reside em "sair do tom" e partir para ofensas, algo que, segundo ela, tem acontecido de forma recorrente e por diversas partes dentro do colegiado. O Sr. Thièrs Wilberger reafirmou como proponente que o ocorrido era grave. Relatou que sofria retaliações em seu trabalho de campo fora do Comitê que trazia impactos pessoais e familiares e que o respeito institucional é o que garante a segurança de todos. Trouxe que o objetivo seria

chamar atenção para o que vem ocorrendo e onde se chegaria se tal conduta não fosse reavaliada, sem prejudicar ninguém individualmente, e concordou sobre as envolvidas conversarem diretamente. A Sra. Maria Inês Ferreira informou que não brigou com ninguém e afirmou ter ficado surpresa em saber, na reunião de Diretoria Colegiada, que existia um pedido para a instauração da Comissão de Ética. Trouxe que entendia os dois lados das argumentações e declarou que se absteria de opinar no mérito por estar diretamente implicada. A Sra. Aparecida Vargas iniciou sua fala solidarizando-se com a situação pessoal do Sr. Thièrs Wilberger e manteve sua posição crítica à instauração da comissão, argumentando que a "pessoalização" do debate em torno de um único fato, diante de tantas outras ofensas já ocorridas no colegiado, poderia paralisar as atividades institucionais. Demonstrando forte constrangimento por debater o tema sem a presença de todos os envolvidos, ela ressaltou o histórico de contribuições técnicas dos envolvidos e questionou a manutenção da necessidade da comissão, uma vez que a própria Diretora Presidente afirmou não ter questões pessoais com o ocorrido. Para ela, um processo ético formal acarreta prejuízos profissionais reais e graves, motivo pelo qual defendeu que o conflito fosse resolvido internamente através de uma reunião extraordinária de diálogo, permitindo que todas as partes fossem ouvidas sem o peso de uma instância punitiva estatutária. Em resposta, o Sr. Thièrs Wilberger trouxe que o Regimento Interno prevê a tratativa para questões éticas. Trouxe que, se fosse omisso, a sugestão da reunião extraordinária seria o melhor caminho. Para ele, o debate que solicitavam para a reunião seria feito durante a Comissão, por isso foi solicitada como espaço para ouvir todas as partes e fazer os acordos. Concluiu trazendo ser apenas um rito regimental previsto para solução deste tipo de questão, não sendo pessoal. A Sra. Aparecida Vargas manteve a compreensão sobre a manutenção da Comissão uma vez que a pessoa envolvida disse que não existe problema. A Sra. Maria Inês Ferreira esclareceu que seria por conta do Regimento e não uma questão pessoal. O Sr. Thièrs Wilberger afirmou que o descontentamento partiu dele, sem que a Diretora Presidente soubesse do pedido. Ele relatou que, enquanto coordenador adjunto, conversou com a coordenadora da CTEACOM, e que achou que deveria tomar essa ação, informando à Casa dos Saberes e que as ações foram tomadas em concordância ao regimento. A Sra. Aparecida Vargas informou que já havia exposto seus pontos e o que acreditava ser o melhor para o Comitê, assim caberia à Plenária decidir. O Sr. Thièrs Wilberger retorna ao ponto de não ser decisão de plenária, trazendo que a solicitação já foi enviada por ofício e que o ponto seria apenas um informativo. Ele acrescentou que a plenária teria que realizar uma reunião extraordinária, conforme o Regimento, para decidir quem iria compor a Comissão para avaliar o caso, e a Comissão iria estabelecer. O Sr. Affonso Henrique Albuquerque assumiu a condução da reunião e utilizou a analogia dos "cartões amarelos" no futebol, defendendo que a comissão deveria apenas balizar as regras de convivência para que o jogo continuasse com respeito. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Leonardo Machado, que considerou o assunto necessário para melhorar o trato interno, mas defendeu que a instauração ocorresse apenas quando todas as partes pudessem estar presentes para dar sua versão. Em seguida, o Sr. Otávio Martins concordou com a fala dos Srs. José Carramenha e Leonardo

Fernandes sobre a necessidade de todos refletirem o caminho do Comitê e aguardar a participação de todos dos envolvidos. Ele manifestou preocupação institucional e pediu aos diretores que refletissem sobre a consequência profissional para os envolvidos, reforçando o pedido por um caminho de conversa em vez de punição. O Sr. Leonardo Fernandes defendeu obter cautela quanto ao incidente, sugerindo que um pedido de desculpas poderia encerrar o conflito. Ele argumentou que, antes de verificar punições formais, o colegiado precisaria primeiro pactuar uma mudança na forma de interagir, evitando que processos éticos sejam abertos por qualquer discordância pontual. Ele também ressaltou que o comportamento interno atual precisava de readequação e considerou injusto aplicar regras de forma desproporcional sem antes tentar uma mediação. Por fim, propôs que os envolvidos buscassem uma reunião informal para permitir retratações, recorrendo à instância estatutária apenas se o diálogo se mostrasse insuficiente. O Sr. Thiérs Wilberger ao final dos apontamentos, concordou em não denominar a tratativa como Comissão de Ética, podendo ser uma reunião extraordinária somente para tratar do caso, como uma solução comum para avaliar e decidir se dali avançariam para uma Comissão ou se encerrariam na ocasião. Entretanto, solicitou que o objetivo final não se perdesse, e sugeriu que fosse elaborado um Código de Ética sugerido pela plenária deixando como posição como autor da solicitação. O Sr. Mauro Sérgio Calixto defendeu que fosse reconsiderado o peso da instauração da comissão contra um membro específico e tratasse o desconforto interpessoal como uma questão institucional generalizada que o debate fosse genérico, não focado na situação mencionada. Seu propósito é que o colegiado utilize o episódio para estabelecer regras formais de comportamento para todos os componentes da plenária, substituindo a medida punitiva por um debate construtivo sobre o trato nas reuniões. Em seguida, pelo avançar da hora, perguntou o encaminhamento final do ponto. Como um compilado do debate, a Sra. Maria Inês Ferreira propôs concluir o ponto de pauta utilizando o Artigo 40 do Regimento para que a Comissão de Ética atuasse de forma consultiva, criando um Código de Ética e Conduta para detalhar as regras gerais de convivência que hoje são muito vagas. Ao final, o Sr. Thièrs Wilberger aceitou reformular a solicitação para que a comissão tenha o escopo de elaborar o código de ética sugerido pelos membros. A Sra. Kátia apoiou a elaboração do código para detalhar o que o Regimento traz de forma geral sobre comportamento em reuniões. O Sr. Bernard Vecci considerou o debate um passo de amadurecimento e apoiou a ideia de deixar as regras de ética claras, pois aquilo que parece ser claro, muitas vezes precisa ser dito. A Sra. Adriana Tenório concordou que os debates no Comitê devem se concentrar em ideias e opiniões divergentes, e não nas pessoas. Corroborando as colocações do Sr. José Eduardo Carramenha e do Sr. Mauro Sérgio Calixto, ressaltou a importância de preservar esse caráter impessoal. Afirmou que uma conversa entre os envolvidos seria suficiente para resolver a situação, sem prejuízos à instituição e preservando um ambiente saudável no Comitê. Por fim, apoiou que a atuação da Comissão de Ética seja pautada pela impessoalidade, com foco em normas gerais de conduta, e não em pessoas ou fatos isolados. O Sr. Mauro Sérgio Calixto pré-dispôs-se em disponibilizar uma minuta de código de ética e conduta como ponto de partida. A Sra. Aparecida Vargas solicitou formalmente

o acesso à gravação da reunião para ter acesso ao teor de todas as falas ou a justificativa jurídica formal para o não compartilhamento, discordando com os argumentos de que apenas os resumos das reuniões são oficiais. Não havendo objeções, foi registrada a aprovação consensual da criação da Comissão de Ética no âmbito do CBH Macaé Ostras. Como encaminhamentos, ficaram definidos: a) a necessidade de formalização da Comissão por meio de instrumento normativo com as diretrizes ou regulamento de funcionamento, incluindo procedimentos e competências; b) a definição posterior de sua composição, a ser deliberada pelo Comitê; c) a elaboração do Código de Ética e Conduta do CBH Macaé que sirvam de referência para atuação da Comissão; d) o acompanhamento da implementação pela Secretaria Executiva e instâncias competentes. O ponto foi encerrado após as manifestações, consolidando-se o entendimento de que a iniciativa contribuirá para o fortalecimento institucional e aprimoramento da governança do Comitê. Prosseguindo para o **ponto de pauta 13**, a Sra. Maria Inês Ferreira abriu o último ponto de pauta destinado aos informes gerais, franqueando a palavra aos membros para apresentação dos temas com celeridade devido ao avançar do horário e a próxima reunião prevista no âmbito do CBH a ser realizada. O Sr. Affonso Henrique Albuquerque trouxe o informe sobre a necessidade e adiamento oficial da solenidade do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) pela segunda vez, originalmente marcada para o dia 30 de abril na APA de Lumiar, e, que até aquele momento, ainda não havia uma nova data definida para a realização da cerimônia. Não havendo nada mais a tratar, a presente ata foi lavrada por Thiago J S Cardoso e assinada pela Diretora Presidente do CBH Macaé Ostras, Sra. Maria Inês Paes Ferreira.

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARIA INES PAES FERREIRA
Data: 25/09/2026 09:58:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MARIA INÊS PAES FERREIRA
Diretora-Presidente

Documento assinado digitalmente
gov.br
THIAGO JEFFERSON DA SILVA CARDOSO
Data: 25/09/2026 14:52:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

THIAGO J S CARDOSO
Assistente Administrativo
CILSJ – Entidade Delegatária

Aprovada em 17 de setembro de 2026